

Florestan critica os objetivos do "lobby" da Igreja

Da Sucursal de Brasília

O deputado Florestan Fernandes (PT-SP), 67, afirmou ontem que a Igreja "está apoiando uma política deliberada de desmantelamento do ensino público, iniciada pelo regime militar ao desenvolver um poderoso 'lobby' com o objetivo de permitir o desvio de verbas públicas para suas escolas". O "lobby" a que se refere o parlamentar é feito através de cartas pessoais, como a que recebeu o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES),

de esquerda (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos" em 19 de janeiro), do próprio presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, manuscrita. Ou então, por telegramas como o que recebeu o deputado Florestan Fernandes, do padre Raul Paiva, reitor do Colégio de Jesuítas de Juiz de Fora (MG). Os parlamentares são pressionados também pessoalmente por padres e bispos, no Congresso e nas "reuniões

de conscientização" promovidas na CNBB.

Para a apresentação de três emendas de "iniciativa popular", a CNBB trouxe a Brasília, ontem, 250 manifestantes. A emenda popular que propõe a utilização de verbas públicas para as escolas católicas foi apresentada na semana passada com 775 mil assinaturas (25 vezes mais que o número mínimo necessário, de trinta mil subscrições).

Hoje chegarão a Brasília os manifestantes da Comissão Pastoral da

Terra e do Movimento dos Sem-Terra, para acompanhamento da sessão extraordinária do Congresso constituinte que discutirá a reforma agrária, à noite. Na quinta-feira da próxima semana será a vez da Associação de Educação Católica trazer seus manifestantes para influir no texto que tratará da educação na nova Constituição.

Agência de notícias

A CNBB criou também uma Comissão de Acompanhamento da

Constituinte, que se encarrega da mobilização em apoio às posições da entidade e da articulação dos parlamentares ligados à Igreja no Congresso constituinte. Paralelamente, a CNBB instituiu uma agência de notícias, que produz o noticiário de interesse específico da Igreja que é remetido a três emissoras católicas de rádio e a trezentos destinatários entre pequenos jornais, dioceses, entidades sindicais e comunitárias.

"Escola, para a CNBB, não é

comércio", disse o monsenhor Arnaldo Beltrami, assessor de imprensa da entidade. "Ninguém deve usar a educação para ter lucro, mas para servir o povo". Segundo o monsenhor, "as escolas católicas nasceram para servir o povo, quando ninguém se dispunha a prestar esse serviço.

Atualmente, essas escolas não podem se manter sem subsídios do governo, porque elas não querem servir só quem pode pagar, porque se tornariam elitistas".